

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2011, do Senador Pedro Taques, que *altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados.*

RELATOR: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

RELATOR *AD HOC*: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Sob exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) está o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 323, de 2011, de autoria do Senador PEDRO TAQUES. O projeto, por meio de alteração na Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, propõe limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

No seu art. 1º, o projeto insere parágrafo único ao art. 3º da referida Lei, exatamente para deixar expressa a desnecessidade da apresentação de novo laudo nas aquisições de veículos subsequentes àquela devidamente instruída com a comprovação de que a deficiência tem caráter permanente e irreversível.

Para justificar o projeto, o autor enfatiza o objetivo de reduzir a burocracia envolvida na aquisição de veículos com isenção de IPI, por parte de deficientes físicos. Lembra, também, a economia representada pela possibilidade de liberação dos profissionais de saúde responsáveis pela perícia médica para casos que realmente necessitem. Alega que, se a

deficiência é permanente e irreversível, haveria desperdício de meios com a realização de novas inspeções médicas.

O parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) recomendou a declaração de prejudicialidade da proposição, sob a justificativa de que a matéria já foi objeto do PLS nº 330, de 2008, aprovado pelo Senado, hoje tramitando na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei (PL) nº 7.826, de 2010.

Não foram apresentadas ao projeto.

II – ANÁLISE

A competência da CAE para apreciar a matéria em caráter terminativo advém da combinação dos arts. 99, IV e 91, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

A iniciativa parlamentar para a propositura do projeto decorre do art. 48, I, e do *caput* do art. 61, da Constituição Federal (CF), sendo certo que o mérito contido no PLS nº 323, de 2011, insere-se na competência legislativa da União, por força dos arts. 24, I, e 153, IV, da CF.

A proposta, portanto, não contém vícios de constitucionalidade formal ou material.

A matéria preenche, igualmente, todos os requisitos atinentes à juridicidade, tendo em vista, entre outros, o seu caráter geral e inovador da ordem jurídica brasileira. Está redigida em boa técnica legislativa, em conformidade com as diretrizes traçadas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, com todo o respeito que merece o Relator da matéria na CDH, discordamos da conclusão expressa no Parecer daquela Comissão. Embora sejam semelhantes, o objeto do PLS nº 330, de 2008, aprovado em outubro de 2010 nesta Casa, não se confunde com o do projeto em exame.

A dispensa da realização de exame médico-pericial em pessoas com deficiência permanente, quando destinado a instruir processo de concessão ou manutenção de benefícios instituídos por lei, é mais abrangente que a dispensa proposta pelo PLS em exame. Essa constatação, por si, já é suficiente para a dissociação do mérito das propostas. Sendo mais abrangente, a aprovação do PL nº 7.826, de 2010, acaba por envolver mais debates e questionamento, o que tende a dificultar o alcance do objetivo final, que é a sua transformação em lei.

Melhor explicando, a tramitação em separado das duas propostas, uma com escopo mais restrito, não é desperdício de meios nem dá ensejo, como pretendeu o parecer aprovado na CDH, à declaração de prejudicialidade. Enquanto a proposição em exame na Câmara não tiver se materializado em normal legal, não é lógico nem correto que se obste a continuidade da tramitação de outra proposição, ainda que menos abrangente, ao argumento de que o Senado Federal já se manifestou sobre a matéria na iniciativa legislativa anterior. Até porque, no caso, as propostas têm teor diferente.

Aceito o argumento por nós defendido, é forçoso reconhecer a importância da medida ora proposta, que tem o potencial de reduzir a burocracia na compra de veículos por deficientes físicos, em benefício evidente de todos os envolvidos no processo: comprador, vendedor e governo federal.

Por fim, consignamos que, sob o aspecto da responsabilidade fiscal, o projeto, ao objetivar tão somente reduzir o trâmite burocrático na compra de veículos por deficiente físico, não cria novos encargos para o Estado. Não carece, pois, de qualquer providência nesse sentido.

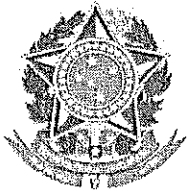
III – VOTO

Em face do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2011.

Sala da Comissão, em 27 de março de 2012.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente

Senador LOBÃO FILHO, Relator *Ad hoc*



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 27/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Djalma Brito

RELATOR: LOBÃO FILHO

RELATOR "AD HOC"

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)

Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)

PTB

Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR

Antonio Russo	1. Blairo Maggi
João Ribeiro	2. Alfredo Nascimento

PSD PSOL

Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues
-------------	-----------------------

Comissão de Assuntos Econômicos
2012

PLS 323 de 2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 323 de 2011.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL (PT)					1-ZEZE PERRELLA (PDT)				
EDUARDO SUPLEY (PT)	X				2-ANGELA PORTELA (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3-MARTA SUPLEY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					4-WELLINGTON DIAS (PT)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5-JORGE VIANA (PT)	X			
ACIR GURGACZ (PDT)	X				6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
LÍDICE DA MATA (PSB)					7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)					8-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)				
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				1-VITAL DO RÉGO (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					2-SERGIO SOUZA (PMDB)	X			
VALDIR RAUPP (PMDB)	X				3-ROMERO JUCA (PMDB)	X			
ROBERTO REQUILÃO (PMDB)					4-ANA AMÉLIA (PP)				
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					5-WALDEMIR MOKA (PMDB)				
LUÍZ HENRIQUE (PMDB)					6-CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LOBÃO FILHO (PMDB)	X				7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
FRANCISCO DORNELLES (PP)					8-CIRO NOGUEIRA (PP)	X			
IVO CASSOL (PP)					9-RICARDO FERREIRA (PMDB)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X				1-ALVARO DIAS (PSDB)	X			
CYRO MIRANDA (PSDB)					2-AÉCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					3-PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					4-JAYME CAMPOS (DEM)				
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					5-CLOVIS FECURY (DEM)				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1-FERNANDO COLLOR				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2-GIM ARGELLO				
TITULARES - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO RUSSO	X				1-BLAIRO MAGGI				
JOÃO RIBEIRO					2-ALFREDO NASCIMENTO				
TITULAR - PSOL PSD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL PSD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU (PSD)	X				1-RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				

TOTAL 17 SIM 16 NÃO - ABS - AUTOR - PRESIDENTE 4

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/3/12.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Senador DELÍCIO DO AMARAL
Presidente



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 051/2012/CAE

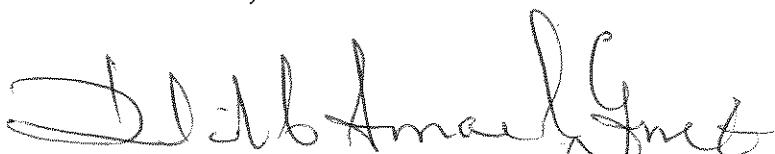
Brasília, 27 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 323 de 2011, que “altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados”.

Atenciosamente,



Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos